

Terapia fonoaudiológica e surdez: Crescendo com nossas crianças. Como fica o futuro?

Mônica A. de Carvalho Campello¹

Durante quase cinco anos, tive a oportunidade de estar próxima à área pedagógica do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, experiência esta determinante para o redimensionamento de minha prática tanto na área clínica como na fonoaudiológica. Estar atuando concomitantemente nas duas áreas me fez compreender melhor a surdez, a pessoa surda, a luta pela legalização da LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais, e assim enriquecer minha forma de atuar profissionalmente junto aos alunos surdos e a orientar também pais e familiares.

É do conhecimento de todos os envolvidos com as questões da surdez que as conseqüências das lesões do sistema auditivo sobre as funções auditivas e a linguagem irão variar de acordo com sua localização. E, também, a experiência existencial da surdez junto à família e de como a sociedade responde a essa experiência são fatores determinantes para uma abordagem clínico-pedagógica que contemple as necessidades da pessoa surda. É de fundamental importância considerar os aspectos clínicos, lingüísticos e sociais da surdez.

Sabemos, também, fazendo um resgate histórico da educação de surdos, que muito já se fez e continua sendo feito para se chegar a um melhor método ou métodos que facilitem o trabalho com o indivíduo surdo, a fim de que ele tenha acesso à linguagem, podendo participar como ser atuante no exercício pleno de sua cidadania. A partir dessas discussões, de tudo que vivi nesses anos de prática no INES, no consultório e no Centro de Dança e Estudo do Deficiente Auditivo – CDEDA, constato que um leque de oportunidades se abriu, para minha compreensão, quando resolvi aprofundar-me nos estudos referentes às diversas propostas de trabalho com a pessoa surda – como, por exemplo, o Oralismo, a Comunicação Total e o Bilingüismo – e ter conhecimento para falar sobre essas três abordagens que nos remetem a questões nem sempre fáceis de esclarecer. É interessante que se conheçam as três vertentes de trabalho para que se possa orientar pais aflitos quando arrebatados por um diagnóstico de surdez.

No final da década de 1970, surgiu a proposta bilíngüe de educação de surdos. Em 1979, Danielle Bouvet iniciou, em Paris, sua primeira classe bilíngüe e relata sua experiência em que a primeira língua é a língua de sinais francesa e a segunda língua é a língua oral. Na Suécia, a educação bilíngüe foi estabelecida no currículo nacional em 1980. Esse modelo bilíngüe utilizava a língua de sinais sueca como primeira língua

1 Fonoaudióloga Pós-Graduada Lato Sensu em Áudio-Comunicação pela UNESA/RJ; Professora Especialista em Deficiência Auditiva pelo CEAD-INES/RJ; Especialista no Método Perdoncini de Audição e Linguagem pela AIPEDA/RJ; Membro da Divisão de Fonoaudiologia- DIFON e do Conselho Editorial do INES. e-mail: maccampello@uol.com.br

e o sueco escrito como segunda língua. A importância da fala para a criança surda varia de indivíduo para indivíduo. Na França, desde 1991, os surdos e suas famílias possuem o direito de escolha entre uma educação bilíngüe, língua de sinais e o francês oral e escrito (Kozłowski, 2000).

No Congresso de 2005 da ASHA – *American Speech, Language and Hearing Association*, ocorrido em 20 de novembro, em San Diego, Califórnia – USA, com a presença de 12 mil fonoaudiólogos, ocorreram várias sessões especiais e entre elas destacou-se a preocupação de se formar profissionais fonoaudiólogos habilitados para trabalhar com crianças bilíngües.

“...O olhar do fonoaudiólogo deve voltar-se para o processo de desenvolvimento da linguagem da criança, significando as primeiras elocuições em sinais ou orais por elas realizadas e abrindo espaço para que esta criança possa se perceber e se constituir como falante em língua de sinais e/ou oral” (Lodi, 2000).

Considerando as discussões referentes à participação do fonoaudiólogo como membro da equipe educacional dentro de um modelo bilíngüe, nós, clínicos em essência, temos um papel importante a desempenhar nos trabalhos com as pessoas surdas. O Congresso da ASHA nos mostra isso, fazendo-nos

“...repensar na nossa prática e reformular a nossa clínica, para que ela também compreenda as necessidades e especificidades desta população, determinando uma atuação que se dê em sintonia e parceria com a escola, mas antes de tudo assumindo um lugar de respeito aos surdos e sua diferença” (Lodi, 2000).

Na observação da prática, nos deparamos algumas vezes com surdos adultos oralizados que sentem necessidade de aprender a LIBRAS para interagir com seus pares, como também surdos falantes de LIBRAS que querem aprender a “falar” (“oralizando”). Por isso, não há regras e sim realidades diversas, as quais temos que conhecer e nos aprofundar para que possamos melhor desenvolver nosso trabalho.

Retornando ao tema central da palestra “Crescendo com nossas crianças. Como fica o futuro?”, temos consciência de que sempre houve uma grande expectativa, que é natural, em relação ao que vem depois, ao futuro. Como essas crianças estarão perante a sociedade? Serão cidadãos conscientes, participativos?

Gostaria de deixar claro que o trabalho que mostrarei a seguir teve como objetivo o desenvolvimento da língua portuguesa, entendida como segunda língua, em suas modalidades escrita e oral. Digo isso pois, avaliando o trabalho que realizei, constato que, na época, já utilizava estratégias para o desenvolvimento da 2ª língua em meus atendimentos.

Durante catorze anos, desenvolvi um trabalho no CDEDA, uma escola de dança somente para surdos, em que era enfocada a segunda língua – a portuguesa oral e escrita, a partir do desenvolvimento do potencial residual auditivo de cada “bailarino”. Partindo do princípio fisiológico de que a repetição freqüente de estímulos intermitentes revela a sensação e favorece a aprendizagem e a memorização, o trabalho de dança desenvolvido era baseado no que os alunos bailarinos percebiam auditivamente por meio de sua capacidade residual auditiva.

“ A experiência comprova que, mesmo quando a criança não reage durante muito tempo à estimulação recebida, um certo capital sensorial se desenvolve e a existência do sentido auditivo se manifestará com a continuação do trabalho, após o 1º ano de educação auditiva. A criança assim educada terá imediatamente uma boa voz sonora, de timbre agradável; sua voz natural” (Perdoncini, Ivon,1996).

Com base no Método Perdoncini de Audição e Linguagem, desenvolvemos o trabalho com crianças, a partir dos 3 anos de idade, obtendo resultados bastante satisfatórios.

O CDEDA tinha como proposta o desenvolvimento da dança por meio da percepção auditiva. Trabalhava-se a capacidade residual auditiva de cada criança por meio da estimulação do limiar diferencial da audição, que diz respeito à capacidade de discriminar os parâmetros básicos do som que, segundo estudos, permanecem intactos na pessoa surda independentemente do seu grau de surdez. Além do trabalho de percepção e discriminação, o CDEDA também tinha como proposta desenvolver as habilidades motoras que a dança proporciona, estimular a criatividade, o canto e a fala. Fazer uso da leitura orofacial era também um recurso positivo que deveria ser desenvolvido, trabalhando, tecnicamente, como apoio significativo no “fazer ouvir”.

A leitura orofacial engloba um conjunto de expressões da pessoa que fala, estando incluídos, aqui, a fisionomia, gestos espontâneos, expressão corporal e forma bucal indicativa dos fonemas evocados dentro do contexto da fala. É mais trabalhoso desenvolver esta habilidade com os surdos de nascença do que com aqueles indivíduos com surdez adquirida, na medida em que estes últimos possuem uma *feedback* das estruturas sonoras dos fonemas da língua portuguesa, anteriormente adquiridos. Esta postura serve como apoio significativo, associando leitura labial, para a compreensão de uma conversa pelos surdos, ajudando na decodificação da informação. Desenvolver a linguagem funcional do surdo, tornando-o capaz de conversar, favorecendo a formação de sua identidade como indivíduo integrado na sociedade, deve ser o objetivo de profissionais que lidam com a surdez. Dessa forma, a pessoa surda mostrará sua capacidade por meio da dança, contribuindo, assim, para sua inclusão social.

Metodologia

O método de trabalho utilizado nesse Centro de Dança foi o de Guy Perdoncini, um método de natureza audiofonatória que parte do aproveitamento do potencial residual auditivo para aquisição da língua oral. Esse método parte da constatação da existência de dois limiares auditivos que são os limiares absolutos e os diferenciais. Os primeiros relacionam-se com a capacidade de ouvir, de perceber os sons, que a criança já possui ao nascer; e o diferencial, com a capacidade de discriminar os sons e seus parâmetros básicos: de duração (sons longos e breves), de intensidade (sons fortes e fracos) e de frequência (sons graves e agudos), o que é adquirido após o nascimento, pela exposição ao meio sonoro no qual vivemos. Quando a criança nasce com uma perda auditiva, quer dizer que nasceu com os limiares absolutos rebaixados. Entretanto, pesquisas nos mostram que, indepen-

dente do grau da perda auditiva, restará intacta a capacidade de discriminação dos sons (Lago, Campello, 1990).

Baseado nisso, o trabalho realizado pelo CDEDA era sistemático, utilizando a música e a dança como recurso para o desenvolvimento da percepção e discriminação auditivas. Isso foi possível com a aplicação do referido método adaptado, surgindo uma nova proposta de ensino da arte de dançar.

Durante muitos anos esse projeto foi desenvolvido, culminando, a cada ano, com uma apresentação de dança em que os alunos dançavam diversos números de balé clássico, jazz, dança moderna, sapateado. Foram resultados individuais bastante satisfatórios.

Após quase 15 anos de atividades no CDEDA, tive a oportunidade de reencontrar ex-alunas e então saber como estão suas vidas.

Levantamento de dados

- 1 – Número de ex-alunas entrevistadas: 06 (seis)

- 2 – Tipo de perda auditiva: Perda Profunda em AO – 05 (cinco)
Perda Profunda em OE e perda Severa em OD – 01 (uma)

- 3 – Causa da surdez : Congênita – 04 (quatro)
Meningite – 01 (uma)
Rubéola gestacional – 01 (uma)

- 4 – Aparelho de Amplificação Sonora Individual (AASI):
Fazem uso freqüente – 05 (cinco)
Não faz uso freqüente – 01 (uma)

- 5 – Escolaridade – Escola Especial – 04 (quatro) – do maternal ao CA
Escola Regular – 02 (duas)

- 6 – Terapia Fonoaudiológica – Até 16/18 anos – 04 (quatro)
Até 12 anos – 01 (uma)
Sem resposta – 01 (uma)

- 7 – Universitárias – 05 (cinco), sendo 04 (quatro) cursando Nutrição, Administração, Comunicação e Ciências Biológicas
01 (uma) cursando duas Faculdades: Direito e Normal Superior Bilingüe

8 – Instrutora de LIBRAS – 01 (uma)

9 – Convívio com pessoas surdas: freqüentemente - 04 (quatro)
 não convivem – 02 (duas)

10 - Bilíngües (LIBRAS e Português oral/escrito) – 04 (quatro)
 Oralizadas – 02 (duas)

Como já disse, há uma constatação, aqui, de que não existem regras pré-estabelecidas para o sucesso do trabalho. Existem casos distintos, histórias diversas, assim como vários caminhos. Como profissionais especializados para o trabalho com surdos, devemos ter a sensibilidade e o conhecimento necessários para saber qual o melhor caminho a seguir. Como dizem Perdoncini e Ivone Ivon (1996):

“A criança é um conjunto, uma realidade concreta. Pode e deve crescer em todos os aspectos, seguindo as leis evolutivas próprias. Será capaz de beneficiar-se das técnicas e atitudes que favorecem seu crescimento se estas estiverem de acordo com suas possibilidades afetivas, sensoriais e intelectuais. É com essa finalidade que deve ser formado o educador”.

E o terapeuta também, podemos acrescentar.

Finalizando, cito a escritora norte-americana e ativista social Helen Keller, cega e surda em decorrência de uma doença manifestada aos 19 meses de idade:

“Embora o mundo esteja cheio de sofrer, está cheio também de formas de superá-lo. Meu otimismo, então, não descansa na ausência do ruim, mas em uma opinião contente no preponderante de bom e de um esforço disposto a cooperar sempre com o bom, que pode prevalecer. Eu tento aumentar o Deus do poder; dei-me para ver o melhor em tudo e em cada e faço isso como a melhor peça da minha vida”.

Referências bibliográficas

- KOZLOWSKI, Lorena, (2000). A Educação Bicultural do Surdo. In: LACERDA, C. B. F. de; NAKAMURA, H & LIMA, M. C. (org) *Fonoaudiologia: Surdez e Abordagem Bilíngüe*. São Paulo: Plexus
- LODI, Ana Claudia Balieiro, (2000). Educação Bilíngüe para Surdos. In: LACERDA, C. B. F. de; NAKAMURA, H & LIMA, M. C. (org) *Fonoaudiologia, Surdez e Abordagem Bilíngüe*. São Paulo: Plexus
- PERDONCINI, Guy & IVON, Ivonne, (1996). *Comunicação Infantil*. Rio de Janeiro: Timing Ed./AIPEDA.
- LAGO, Ana Beatriz Rodríguez do & CAMPELLO, Mônica Azevedo de Carvalho . A Dança e o Deficiente Auditivo. In ESPAÇO – Informativo Técnico – Científico do INES, Rio de Janeiro (Vol 1, nº 1 – jul / dez 1990)